



**IX CONGRESO
RULESCOOP
2015**

INCLUSÃO ECONÓMICA E SOCIAL
Uma Análise sobre a Cooperativa de Produção e
Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e
Economia Solidária de Serrinha (COOPAFSSERRINHA)

IX Congreso Internacional Rulescoop

*Respuesta de la Universidad a las necesidades de la economía social ante los
desafíos del mercado*

Maria de Lourdes Barbosa de Santana

Bacharela em Administração; Pós Graduanda em Gestão de Cooperativas: Ênfase em
Economia Solidaria pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Daciane de Oliveira Silva

Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da
Bahia (UNEB)

Patricia de Jesus Santos

Graduada em Pedagogia; Pós Graduanda em Gestão de Cooperativas: Ênfase em Economia
Solidaria pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Keilla Lopes

Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da
Bahia (UNEB)

RESUMEN

Este artigo tem como objetivo, investigar a contribuição da Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (COOPAFSSERRINHA) no processo de inclusão econômica e social dos agricultores familiar. O presente trabalho foi nortado pela seguinte questão: em que medida a COOPAFSSERRINHA contribui para melhorar a inclusão econômica e social dos agricultores familiares? A metodologia adotada foi a pesquisa participante e entrevista semiestruturada, a luz de autores como: Wanderlay, Singer, Benato, Cruzio, Schneider, Rech, Castro, entre outros. Constata-se neste estudo que a cooperativa, muito embora tenha contribuído na transformação de vida dos sujeitos, não há o fator inclusão econômica, pois se trata de indivíduos que já possuíam alguma inserção no mercado, uma vez que já produziam e comercializavam antes da cooperativa. Ressalta por fim, que este artigo foi aprovado no IX Congresso da Red RULESCOOP, da Faculdade de Ciências Econômicas de La Plata (Argentina).

PALABRAS CLAVE

Cooperativismo. Cooperativa. Economia Solidária. Inclusão Social. Agricultura Familiar.

ÍNDICE

| | | |
|---|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 04 |
| 2 | COOPERATIVISMO: UMA ÊNFASE SOBRE AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA..... | 04 |
| | 2.1- Cooperativa como instrumento de contribuição para a Inclusão Econômica e Social..... | 08 |
| | 2.2 Agricultura Familiar..... | 08 |
| 3 | HORIZONTE METODOLOGICO..... | 10 |
| 4 | OBJETO DE ESTUDO: COOPAFSSERRINHA..... | 11 |
| | 4.1 Análise de dados: interpretação de uma realidade específica..... | 12 |
| | 4.2- A Cooperativa Segundo o Olhar dos Cooperados..... | 12 |
| | 4.3- A cooperativa e contribuição para a Inclusão Econômica e Social.... | 13 |
| | 4.4- Desafios, entraves e perspectivas para COOPAFSSERRINHA..... | 16 |
| 5 | CONCLUSÕES..... | 18 |
| | REFERÊNCIAS..... | 19 |

1. INTRODUÇÃO

As relações de trabalho têm sido sistematicamente modificadas ao longo do tempo, em virtude do modo capitalista de produção que tem ao que parece, contribuído em todo o mundo para o aumento da exclusão social. Ademais, a nova forma como o mercado de trabalho se organiza tem colaborado com o intenso processo de reorganização da sociedade, no qual a cooperação se insere como uma alternativa para geração do trabalho e renda, propiciando assim, a inclusão social daqueles que se encontram as margens desse processo capitalista.

Nesta perspectiva, o presente artigo pretende investigar a contribuição da Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (COOPAFSSERRINHA), no que se refere ao processo de inclusão econômica e social dos sujeitos. Como tema elegeram-se: Inclusão Econômica e Social: Uma Análise sobre a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha (COOPAFSSERRINHA).

O desejo por tal pesquisa decorre de uma trajetória trilhada no devir das experiências, a partir de inquietações pessoais afetivas e políticas com essa cooperativa, e também, a partir das contribuições de um curso de Pós-graduação, o qual foi fundamental para ampliar a compreensão acerca do tema, possibilitando assim, um olhar crítico para as políticas de inclusão econômica e social.

Portanto, ora partindo das inquietações que emergiram da relação com a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e de Economia Solidária, ora partindo de questionamentos sobre a inclusão econômica e social, o presente trabalho tem por objetivo investigar a contribuição da COOPAFSSERRINHA no processo de inclusão econômica e social dos seus cooperados. Nesse sentido, é pertinente demarcar a questão que orienta esta pesquisa: Em que medida a COOPAFSSERRINHA contribui para melhorar a inclusão econômica e social dos agricultores familiares?

Dito isso, este artigo está estruturado da seguinte maneira: Introdução, referencial teórico, descrição da metodologia, análise dos resultados e as conclusões finais.

2- COOPERATIVISMO: UMA ÊNFASE SOBRE AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Quando se pretende estudar e buscar entendimento a cerca de cooperativismo, parte-se da compreensão que a sua base é a cooperação, ou seja, um grupo de

peessoas unidas para realização de algum objetivo específico, social ou não, que formam uma cooperativa ou associação.

É importante ressaltar que, foi no século XIX que a idealização do Cooperativismo nasceu, em 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra. Com o desemprego gerado pela Revolução Industrial, que substituiu o trabalho artesanal por máquinas a vapor, os tecelões criaram o que seria a primeira cooperativa.

No Brasil, o cooperativismo teve início em 1847, conforme explica João Vitorino Benato:

O início do Cooperativismo foi em 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, no sertão do Paraná, a Colônia Tereza Cristina organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo no País. (BENATO, 2002, p.64).

Para Benato (1995), o cooperativismo se apoia em alguns conceitos do humanismo, como:

Humanismo - que tende a traduzir a doutrina do valor moral do homem, conscientização e responsabilidade; Liberdade - o homem é livre para exercer seu direito de ser sócio de uma sociedade, comandar e decidir seu processo, não se esquecendo de que é livre tanto quanto seu companheiro de sociedade. A liberdade é bilateral e não unilateral: todos têm os mesmos direitos e obrigações; Igualdade - no cooperativismo o homem é livre, mas é subordinado à lei da igualdade em que todos são iguais e não são mensuráveis pelo seu poder financeiro; Solidariedade - é o ato, a ação em benefício da coletividade, é a ajuda mútua a partir da qual os sócios se somam e permitem que todos possam adquirir bens com preços menores e comercializar seus produtos com preços melhores. (BENATO, 1995, p.55).

O autor ainda resalta que historicamente a solidariedade é imprescindível em uma sociedade, pois quanto maior ela for, maiores serão os benefícios e os resultados conquistados. Nesse sentido, é pertinente refletir sobre o conceito de racionalidade – a qual faz com que o homem pense e constitua uma sociedade mais inteligente. Através da racionalidade, a cooperativa transforma o homem por meio do próprio homem.

Para Helnon Crúzio, a cooperativa é a união de profissionais que se associam por conta própria, continua:

Cooperativa é a união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço, não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa. (CRUZIO, 2005, p.13).

Diante da contribuição dos autores em relação ao assunto entende-se que as cooperativas têm um papel fundamental nos interesses de cunho social, pois por meio da solidariedade é possível fazer um trabalho promissor em prol das organizações e distribuições de riquezas.

Ainda no entendimento do assunto discorrido, vale ressaltar a definição de cooperativas conforme a lei nº 5.764/71: “são sociedades de pessoas, constituídas para prestar serviços aos associados, que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

Para uma melhor compreensão sobre o conceito de cooperativa, é importante destacar a distinção entre associação e cooperativa. Para isso, recorre-se a página virtual Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, a qual traz as seguintes distinções: “uma associação é adequada para levar adiante uma atividade social, enquanto a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva”.

Cabe ressaltar ainda que, as associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia. Nesse contexto, o mesmo site afirma que, as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica e seu principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo dos associados junto ao mercado.

Sob a ótica da Lei citada acima, as cooperativas surgem, primeiramente, como reação a uma situação econômica desfavorável ao trabalhador que, não conseguindo vender sua força de trabalho, ou insatisfeito com a realidade dentro das empresas, resolve se unir a outros para que juntos adquiram o capital e os meios de produção necessários para prestar serviços diretamente ao consumidor.

Dentre os diversos tipos de cooperativas estão as cooperativas de produção. De acordo com o site do Ministério da Agricultura, em uma Cooperativa de produção o processo produtivo se dá mediante a combinação de fatores como trabalho, capital e terra, que, após a sua transformação proporciona a obtenção de um produto final, ou seja, um sistema de ações que estão inter-relacionados de forma dinâmica e que está orientado para a transformação de determinados elementos, em qualquer unidade que se proponha a produzir.

Castro (2011) define cooperativa de produção como aquela que seus associados contribuem com serviços laborativos ou profissionais para a produção em comum de bens. Já a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) traz a seguinte descrição de cooperativa: “É uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e

culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”.

De acordo com o Instituto Souza Cruz, a cooperativa de produção não difere das demais cooperativas, a mesma goza dos mesmos princípios e doutrinas, a administração é feita pelos sócios eleitos para esta função e que se pautam em decisões aprovadas em assembleias gerais ou por conselhos de delegados eleitos por todos os sócios. Para Singer “a finalidade não é maximizar lucros, mas quantidade e qualidade de trabalho.” (SINGER, 2002, p.4).

Nesse prisma, se insere a concepção de economia solidaria, pois se caracteriza por um princípio sempre presente no cooperativismo, que de acordo Singer (2002), a preocupação com um trabalho voltado ao desenvolvimento sustentável para as comunidades. Sendo assim, cooperativa são também unidades que atuam como fomento para a propagação da economia solidária. Segundo Singer (2002), entende-se economia solidária como sendo um modo de produção existente e alternativo ao capitalismo.

Portanto, considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas.

Ainda citando Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Ou seja, seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (Ministério do Trabalho).

Portanto, a partir do entendimento de vários autores, após leituras de textos, artigos e livros, percebe-se que o cooperativismo é uma prática que está em crescente ascensão e que tem um terreno fértil para esse crescimento, se levar em conta a ação do homem e sua capacidade de cooperação, bem como a necessidade de exercer sua força de trabalho e garantir o crescimento econômico próprio e da sua comunidade.

2.1- Cooperativa como Instrumento de Contribuição para a Inclusão Econômica e Social

A sociedade atual pautada pela globalização e neoliberalismo, tem influenciado sistematicamente as relações de trabalho e de produção dos sujeitos. Concomitantemente tem gerado desenvolvimento desigual, principalmente para os grupos que segundo Anjos (2013), não integram as atividades convencionais do modo capitalista de produção, como é o caso da agricultura familiar.

Emergem deste cenário, questionamentos crescentes de paradigmas estabelecidos na economia e também na cultura política. De acordo com Aragão “a sociedade atual convive com enormes desafios, como a exclusão social, a competição e a degradação ambiental” (ARAGÃO, 2013 p. 15).

Diante disto, Anjos (2013) aponta que a insatisfação pelo modo como a sociedade está organizada em termos socioeconômicos tem intensificado a busca por alternativas que minimizem os desequilíbrios econômicos e sociais.

Situa-se neste contexto, a cooperativa que “dissemina-se num cenário de profunda desigualdade social, apresentadas como meios para a constituição de uma nova relação entre o capital e o trabalho” (ANJOS, 2011, p. 210). Elas, contudo, conforme menciona Santos (2002 *apud* ANJOS, 2013), não representam novos modos de produção, mas encarnam valores e maneiras diferentes presentes no sistema capitalista.

A cooperativa seria conforme menciona Anjos “espaços de sociabilidades baseados nas atividades econômicas e na atuação política, o que possibilitaria a superação, em alguma medida, das diversas formas de subordinação e domínio impostas as classes que vivem do trabalho” (ANJOS, 2013, p. 210).

As cooperativas se configuram dessa forma, como uma alternativa viável ao modo capitalista de produção, constituindo-se como instrumento, ao que parece, eficaz para transformação da qualidade de vida dos sujeitos que historicamente estiveram a margem da sociedade.

2.2- Agricultura Familiar

Ao contextualizar agricultura familiar no município de Serrinha- Bahia, cidade na qual se desenvolveu esta pesquisa, foi necessário discorrer acerca do seu conceito, a fim de buscar uma definição que estivesse mais próxima das características da agricultura desenvolvida neste município.

A agricultura familiar, muito embora não seja um termo recente, no Brasil está se consolidando como um campo fértil de estudos para as ciências sociais, o que tem influenciado positivamente a abordagem dentro do campo político e social. Pode-se apontar como fator preponderante para esse acontecimento, de acordo Schneider (2003), os movimentos sociais, que a partir da década de noventa intensificaram o uso da expressão como pauta de reivindicação por política no campo e, a legitimação por parte do Estado ao criar em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

No que tange ao campo conceitual são diversas as vertentes que trazem aportes. Das quais, destacam-se as contribuições de Altafin (2007) e Wanderley (2003). Altafin (2007) exemplifica a diferença existente entre o Estado e o meio acadêmico, ao tratar do conceito de agricultura familiar. Optando assim, por um conceito operacional “centrado na caracterização geral de um grupo bastante heterogêneo” (ALTAFIN, 2007. p. 01).

Para Wanderley (2003) o conceito é mais analítico, no qual diversas vertentes transitam. Segundo a autora, embora o conceito de agricultura familiar seja em algumas situações confundido com o adotado pelo Pronaf, que propõe uma tipologia de usuários em função da capacidade operacional do programa, a autora afirma que agricultor familiar “é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (WANDERLEY, 2003, p. 44).

Contudo, para efeitos dos estudos que discorreram aqui, elegeu-se o conceito trabalhado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual estabelece que agricultura familiar se desponta a partir de três características:

A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996: 4).

A opção por esse conceito deve-se ao fato de estar próximo ao apresentado na Lei 11.326 de 2006, na qual estabelece as diretrizes para elaboração da Política Nacional da Agricultura Familiar e que serviu de referência para as discussões propostas nesta pesquisa. Segundo esta lei, no artigo 3º, parágrafos II, III e IV, considera-se agricultor familiar aqueles que preenchem os seguintes requisitos:

[...] art. 3º Agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

Embora esse seja um conceito técnico, ele não desconsidera conceitos mais abstratos, que definem a agricultura familiar pelas particularidades que respondem e ao ambiente no qual está inserido, a exemplo das características culturais e relacionais presentes no ambiente rural.

3- HORIZONTE METODOLÓGICO

Ao instituir como objeto de investigação a Cooperativa de Produção como instrumento de combate a exclusão social: uma análise sobre a COOPAFSERRINHA, sabia-se do desafio que constituiria tal tarefa, uma vez que exigiria atenção cuidadosa no que se refere ao rigor científico e a imparcialidade com o objeto em estudo.

Tal exercício de atenção levou a trilhar um caminho investigativo que possibilitou maior aproximação com tema em questão, sem, contudo distanciar-se das características que envolvem uma pesquisa, mas que na mesma perspectiva permitisse o imbricamento dos sujeitos envolvidos.

Desse modo, apoia-se nas definições de Lakatos e Marconi (2003), os quais definem a pesquisa como um caminho que permite tornar conhecida uma realidade e descobrir verdades, ainda que sejam imparciais. Neste contexto, o presente estudo desafiou-se a desvendar: Em que medida a COOPAFSERRINHA contribui para melhora econômica e social dos agricultores familiares?

Considerando objeto de investigação, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, pois a mesma permitiu maior apreensão do objeto investigado, uma vez que:

As abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. (OLIVEIRA, 2007, p, 59).

Como tipo de pesquisa escolheu-se a participante pelo fato desta permitir segundo Oliveira (2007) um envolvimento aprofundado com campo investigado, pois uma das características desse tipo de pesquisa é a implicação do pesquisador com o objeto investigado.

Como instrumento de coletas de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada. Apesar dos riscos de se eleger um único instrumento de coleta de dados, já que tal opção poderia comprometer a densidade da pesquisa. No entanto, a escolha foi motivada pela questão temporal de realização da mesma.

4--OBJETO DE ESTUDO: COOPAFSSERRINHA

O processo de organização para constituição da cooperativa deu início em 2009 organizado pelos agricultores com a colaboração das instituições a exemplo do Poder Público, através da Secretaria Municipal de Agricultura e pelas entidades da sociedade civil como: Sindicato, ASCOBSISAL, Movimento de Organização Comunitária (MOC) e Associação de Pequenos Agricultores Familiares do Município de Serrinha (APAEB) SERRINHA.

Muito embora a criação da cooperativa fosse um desejo histórico dos agricultores, foi a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mediante a lei 11.947 de 16 de junho de 2009, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009 que institui a obrigatoriedade de 30% da alimentação escolar ser destinada a compra dos produtos da agricultura familiar que se intensificou a luta pela criação da cooperativa.

Criada no dia 04 de abril de 2011, a cooperativa só passou a comercializar um ano depois, após estar habilitada para tal. A cooperativa hoje conta com um quadro social de 94 cooperados que estão organizados nas comunidades rurais através dos grupos de produção. Definiu como objeto social prestar serviço aos sócios, no desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuária compreendendo serviços principais e auxiliares necessários para o desempenho da atividade econômica dos cooperados. E em cumprimento com seus objetivos a cooperativa desenvolve as seguintes atividades: organiza a produção prestando assistência técnica em parceria com órgãos públicos e privados atuantes no setor; transporta, beneficia e comercializa a produção para o PNAE do município.

Seus principais produtos são: polpa de frutas, bolo de tapioca, bolo de fubá, bolo de aipim, sonho de aipim, brigadeiro de aipim, tempero pronto, geléia de frutas,

sequilhos de goma, feijão, farinha de mandioca, farinha de tapioca, hortaliças, ovos de galinha caipira batata doce, abóbora, quiabo, chuchu, milho verde, pé de moleque, laranja, nego bom de caju¹, aipim, limão e beiju recheado.

4.1- Análise de dados: interpretação de uma realidade específica

Após uma trajetória desafiadora representada pela definição da problemática, constituição do referencial teórico e ida a campo, chega-se à análise de dados. Essa constitui a etapa na qual se busca as informações que de certo modo responderão as inquietações que nortearam a pesquisa e, poderão confirmar ou negar as afirmativas instituídas antes do trabalho de investigação.

Nesta análise realizou-se um intenso e rigoroso esforço de interpretação que implicou no olhar mais aprofundado para os dados da pesquisa e a articulação com os conhecimentos mais amplos entorno da mesma.

A fim de elucidar os dados obtidos, os tópicos a seguir são as categorias, as quais estão relacionadas diretamente com os objetivos da pesquisa e que foram extraídos a partir da coleta de dados.

4.2- A Cooperativa Segundo o Olhar dos Cooperados

O conceito de cooperativa abordado neste trabalho, mediante os estudiosos da área, a considerou como um grupo de pessoas com objetivo em comum que de modo geral visa melhorar a vida das pessoas, seja social, cultural e economicamente. Esse é o entendimento ao que parece é comum entre a maioria dos entrevistados sobre a COOPAFSSERRINHA, pois questionados sobre o entendimento deles sobre o que é a cooperativa, obteve-se as seguintes respostas:

“Para gente é uma entidade que foi criada para ajudar os agricultores, foi criada na intenção de ajudar na melhoria de vida dos agricultores em vários aspectos, no conhecimento, a gente trabalhava no individual, agora no coletivo”;

“É um grupo de pessoas que contribui para o fortalecimento da economia solidaria de determinada comunidade ou região”;

“É cidadão. Resumindo é uma empresa justa”;

“São grupos de pessoas que se organizam para uma finalidade econômica, social e cultural”.

¹ O Nego bom é um doce brasileiro, típico da culinária pernambucana. Feito a partir de bananas, açúcar e limões. Nesse caso, o doce é feito de caju.

Aparecem no contexto dessas falas variantes a respeito do conceito de cooperativa, os sujeitos a concebe como sendo, desde uma entidade criada para melhorar a vida deles, a grupo que contribui para o fortalecimento da economia solidária, empresa justa. Além de demonstrarem conhecimento sobre o que é uma cooperativa, os conjuntos das falas confirmam que os cooperados vislumbram na cooperativa uma alternativa para melhoria de vida, seja do ponto de vista econômico ou social. Isto é, condizentes com o que assegura o estatuto da cooperativa e com a sua finalidade.

Para além de conceitos, as falas dos entrevistados traduzem um desejo, um querer de que a COOPAFSSERRINHA atenda essas aspirações, pois como afirmou a primeira resposta, foi com esta finalidade que ela foi criada.

4.3- A cooperativa e a contribuição para a Inclusão Econômica e Social

Os registros do surgimento das primeiras cooperativas no mundo remetem a períodos de grandes dificuldades, sejam elas causadas pelas crises de desempregos, pela crise econômica, enfim, o cooperativismo aparece nesse contexto sempre como uma alternativa ao modo capitalista de produção, por se tratar de uma empresa baseado no princípio da solidariedade e da justiça.

Tentando elucidar sobre a contribuição da COOPAFSERRINHA no processo de inclusão econômica e social dos seus cooperados, questionou-se aos entrevistados se antes da cooperativa já comercializavam e de que forma, obteve-se as seguintes respostas:

“Já comercializei, comecei na comunidade, feira agroecológica, depois para Prefeitura pessoa física e depois pela cooperativa”.

“Já, comecei desde 2006 a 2007, já entregava individualmente para Prefeitura para merenda escolar e na comunidade e para entidades quando tinha evento na APAEB”.

“Sim, a gente comercializava com a DAP individual, com bloco de nota”.

“Já comercializava para merenda escolar como pessoa física e na feira na barraca da agricultura familiar e individualmente”.

De acordo com os sujeitos entrevistados, a comercialização se dava antes da cooperativa, os agricultores iniciaram com a experiência de vender na própria comunidade, na feira Agroecológica existente no município de Serrinha, e para o próprio PNAE, como já dito anteriormente.

Outro ponto que mereceu destaque refere-se à comercialização individual que acontecia antes da criação da cooperativa. Isso pode levar talvez, a um

questionamento: Por que a criação da cooperativa, se os agricultores poderiam comercializar através da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) individual? Tendo em vista as conversas com alguns sujeitos que participaram do processo de discussão e criação da cooperativa, foi um desejo que antecedeu a comercialização dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar. Isso porque segundo os mesmos, a cooperativa fortaleceria a comercialização dos produtos, facilitaria a busca por mercado e, principalmente eliminaria a existência do “atravessador”, figura conhecida neste meio por comprar os produtos dos agricultores e revender com um preço maior, impedindo o retorno financeiro justo ao agricultor.

Merece atenção também, o fato de que a lei só permitia comprar individualmente dos agricultores, valores abaixo de cem mil reais, através dos grupos informais, como preconiza a lei, valor acima de cem mil reais, como é o caso de Serrinha, só através de grupos formais que pode ser as cooperativas ou associações, conforme regulamenta o parágrafo 4º do artigo 23 da Resolução /CD/FNDE Nº 38 de 2009.

Diante disto, ficou explícito que a criação da COOPAFSERRINHA não foi apenas um anseio dos agricultores, mais sim para cumprir uma exigência legal, dentro da política de comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PNAE.

Outra questão que culminou nessa discussão refere-se às mudanças que a cooperativa proporcionou na vida familiar dos cooperados. Questionados sobre isto, obteve-se as seguintes respostas:

“Melhorou. Me ajudou no procedimento de saúde o dinheiro que ganhei e também na aprendizagem”.

“Mudou com certeza, através da cooperativa a gente não vende só fruta, vende feijão, a farinha e a fécula da mandioca”.

“Sim vendia, mais não na quantidade, melhorou estudo dos filhos, objetos pessoais, cultural, pois viajo para apresentar os produtos”.

“Graças a Deus mudou e muito, porque hoje a gente tem com ter um dinheiro a mais, vender os produtos e porque não trabalho pra mais ninguém, só pra mim mesmo”.

Constatou-se a partir das respostas que as modificações foram significativas, de modo que contribuiu em vários aspectos na vida dos cooperados e de seus respectivos familiares. As mudanças citadas revelam a questão financeira como relevante nessa transformação. Nesse contexto, vale ressaltar o que afirma Fontana (2010), que o cooperativismo se caracteriza como um elemento de alcance da satisfação das necessidades sociais, de superação das carências econômicas que

acolhe ao clamor das classes e reivindica uma mais justa distribuição da riqueza a igualdade de oportunidades.

Dentre os aspectos que mereceu atenção, observa-se no âmbito econômico a autonomia financeira relatada por um dos agricultores entrevistado quando ele atribuiu à mudança, ao fato de “não trabalhar pra mais ninguém, só pra mim mesmo”. Essa fala expressa com profundidade a importância do cooperativismo, pois:

Dentre as lutas travadas pelos assalariados, [...] essas reflexões são fundamentais para argumentar que o cooperativismo pode ser definido como uma espécie de instrumento que pode ser utilizado – do ponto de vista da tentativa de transformar as formas de produção (OLIVEIRA, p 61. 2003).

Pode-se inferir com base nisto que a cooperativa tem um papel fundamental na vida dos agricultores, uma vez que, contribuiu, ainda que seja de forma incipiente, para independência financeira, como também proporcionou outras conquistas de ordem pessoal, a exemplo da contribuição para os estudos dos filhos, melhoria na saúde e na aquisição de novos conhecimentos.

O que se observou, mediante as falas dos agricultores, é que de algum modo a cooperativa proporcionou transformação na vida dos cooperados, principalmente de ordem econômica, como fica explícito nos relatos. No entanto, a pesquisa também objetivou saber se a renda obtida através da comercialização pela cooperativa era o suficiente para sustentar a família, o conjunto das respostas sinalizou que:

“Não, por causa da demora do pagamento e o grupo é grande, se saísse por mês talvez seria mais vantajoso...infelizmente nós não vivemos da agricultura familiar”.

“Não, ainda é muito pouco até porque o que a gente entrega é muito pouco, a venda é muito pouca”.

“Acho que ainda não, as venda da cooperativa é do PNAE e o PNAE demora muito pra pagar”.

“Seria se eles comprassem certo e pagasse certo também, porque passa um bocado de tempo sem receber, mas tapiando dá pra viver”.

Em síntese, as falas sinalizam para uma série de questões que merece bastante atenção. Algumas dizem respeito à Cooperativa e outras ao que parece, necessitam de mobilizações, como é caso da agricultura familiar. Neste campo, destaca-se a fala do primeiro entrevistado ao lamentar o fato de mesmo sendo agricultor, não viver da agricultura familiar, ou seja, sua fonte de renda não é oriunda apenas da agricultura familiar. Isso revela o quanto esse segmento ainda é carente de

política pública, o que de certo modo, interfere na atuação da cooperativa, uma vez que ela se intitula de cooperativa da agricultura familiar e depende das políticas direcionadas a este segmento para oferecer melhores condições aos seus cooperados. Somam-se a isto as demais questões pontuadas pelos outros entrevistados.

De acordo as narrativas, não é possível sobreviver financeiramente apenas com a comercialização dos produtos da cooperativa e, são várias as razões mencionadas: o pagamento demora a ser feito, as vendas são esporádicas, o fato de só existir o PNAE como mercado e, porque a cooperativa é nova e não consegue dar as condições necessárias para os grupos de produção comercializarem em outros mercados.

4.4- Desafios, entraves e perspectivas para COOPAFSSERRINHA

As considerações tecidas aqui emergiram de maneira secundária. Contudo, foi necessário discutí-las, tendo em vista que elas sinalizam desafios, e perspectivas para COOPAFSSERRINHA a partir da concepção dos cooperados. Sendo assim, questionados sobre as dificuldades encontradas no processo de comercialização da cooperativa. Delas se obtiveram as seguintes respostas:

“Ainda tem, dificuldade na questão do recebimento do dinheiro, a gente da cooperativa não se dedica só a cooperativa, porque não tem recurso, porque a cooperativa é nova e o mercado é só da merenda escolar”.

“Existe, porque a gente só pode vender para Prefeitura e não pode vender pra outros mercados”.

“Ainda existe, porque o mercado que a gente comercializa é muito restrito em relação a quantidade de mercado que a gente tem. A gente ainda não tem selo de inspeção que pode expandir para outros mercados, outros estados”.

“Desde início da constituição a gente tem dificuldade em comercializar por causa da exigência da vigilância sanitária. Falta formação na área de produção. Outra dificuldade é organizar a cooperativa porque exige custo de rotulo, registro de marca. Se a cooperativa não tiver organizada não tem com concorrer com outros mercados”.

O conjunto das respostas enfatiza de forma bem contundente as dificuldades encontradas pela cooperativa em relação ao seu objetivo maior que é a comercialização. Essas dificuldades citadas nas falas são ao que parece, em virtude principalmente da falta de recursos e, ao pouco tempo de existência da mesma cooperativa.

Percebe-se então, que a falta de recurso da cooperativa reflete principalmente na vida do cooperado, pois sem os recursos financeiros necessários para atender as exigências do mercado, a exemplo dos rótulos, marca da cooperativa e formação para os cooperados, a entidade fica, como relatou um dos entrevistados, impossibilitada de conquistar novos mercados, restringindo-se apenas ao PNAE municipal, e a partir das falas dos sujeitos pressupõe-se que este não absorve toda produção dos agricultores da cooperativa.

Diante disso, entende-se que embora com essas dificuldades, a cooperativa tem grandes chances de reverter o quadro e superar essas dificuldades, pois como foi apresentada, a maioria delas diz respeito à falta de estruturação decorrente do pouco tempo de existência, bem como da falta de recurso financeiro que pode ser superado em longo prazo e dessa forma quem sabe, os cooperados poderão se dedicar inteiramente à cooperativa tendo a garantia de obter através dela, o suficiente para sustentar toda a família.

5- CONCLUSIONES

As discussões apresentadas neste trabalho, não têm a pretensão de exaurir as inquietações pertinentes à investigação, tendo em vista as complexidades do objeto e as questões temporais.

Esse artigo propôs investigar a contribuição da COOPAFSSERRINHA no processo de inclusão econômica e social do seu cooperado. De certo modo ficou constatado, neste estudo, que a cooperativa muito embora tenha contribuído na transformação de vida dos sujeitos, não há ao que parece, o fator inclusão econômica, pois se trata de sujeitos que já possuíam alguma inserção no mercado, uma vez que já produziam e comercializavam antes da cooperativa. Contudo, cabe ressaltar, que a cooperativa teve neste contexto, uma grande participação na melhoria da qualidade de vida dos cooperados ao permití-los ter acesso a bens que antes sem a renda oriunda da cooperativa não era possível.

No campo social pode-se afirmar que a cooperativa talvez tenha contribuído mais significativamente, pois a pesquisa revelou as contribuições que a cooperativa possibilitou na questão do conhecimento sobre o cooperativismo e na autoestima dos agricultores.

Nesta apreciação, foi possível identificar, também, que a cooperativa de algum modo tem desempenhado um papel de agente fomentador e impulsionador de transformações sociais, a despeito do pouco tempo de sua criação, tal entidade demonstra que tem condições efetivas para contribuir e transformar mais concretamente na vida do agricultor.

Por fim, este trabalho não almeja esgotar as inquietudes pertinentes ao tema, porém espera-se que este possa tencionar outros estudos, como também servir como referencial para estudos posteriores na área.

BIBLIOGRAFIA

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Disponível em <http://www.agropar.coop.br>. Acesso em 14 de janeiro de 2015.

ALTAFINE, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

ANJOS, Eliene Gomes dos. *As cooperativas de trabalho da economia solidária no contexto brasileiro: dilemas e possibilidade*. Revista Bahia Análise de Dados. Salvador, v. 23. n. 1. jan-mar, p. 173-228.2013.

ARAGÃO, Gilton Alves. O Cooperativismo como base econômica para uma sociedade transformadora. Revista Bahia Análise de Dados. Salvador, v. 23. n. 1. jan-mar, p. 9-85. 2013.

BENATO, João Vitorino Azolin. *O ABC do Cooperativismo*. São Paulo: Ica, 131p,1995.

_____. *O ABC do Cooperativismo*. São Paulo: OCESP – SESCOOP, 192p., 2002.

BRASIL. RESOLUÇÃO/CD/FNDE N ° 38, DE 16 DE JULHO DE 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNA*. Disponível em www.fnde.gov.br. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica*. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. *Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*.

CASTRO, Marcos de. (org). *Relações de cooperação para o trabalho de geração de renda: Realidade e perspectiva para a região Centro-Sul do Paraná*. São Paulo: Canal e Editora. 2011.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. *Como Organizar e Administrar uma Cooperativa: Uma Alternativa para o Desemprego*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 156p, 2005.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Disponível em <http://www.institutosouzacruz.org.br>. Acesso em 14 de janeiro de 2015 as 17h.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ed. São Paulo: Atlas. 2003.

- SCHNEIDER, Sérgio. *Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 18 n. 51 fev. 2003.
- OLIVEIRA, Maria Marly. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. *Economia Solidária e o Cooperativismo Popular: da gênese aos desafios atuais*. Proposta. N9
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO AGRICULTURA. Disponível em www.fao.org.br.
- RECH, Daniel. *Cooperativismo e Associativismo*. Livro 2. Curso A Distância. Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*, S.P Fundação Perseu Abramo. 2002.
- WANDERLEY, M. N. B. *Agricultura Familiar e Campesinato: Rupturas e continuidades*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out. 2003.